



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Senhora Assessora Procuradora-Chefe,

Cuidam os autos do exame das contas apresentas pela Prefeitura de Piedade, relativas ao exercício de 2021, conforme determinação constitucional.

A inspeção “in loco” esteve a cargo da Unidade Regional de Sorocaba (U.R. – 9), que executou o relatório disposto no evento 46.32, comprovando, de forma detalhada, os atos de gestão relacionados aos aspectos administrativos, econômicos, financeiros, contábeis e patrimoniais.

Na síntese apresentada ao final do Relatório (evento 46.32 – fls.47/49), constam impropriedades em alguns itens.

O Responsável foi regularmente notificado (evento 50.1). A Defesa apresentada nos eventos 65.1, 114.1 e 138.1.

A Assessoria Econômica (evento 144.1) emitiu parecer favorável à aprovação das contas da prefeitura de Piedade, exercício de 2021.

Série histórica de classificação no Índice da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	C+	C	C
i-Planejamento	C	C	B
i-Fiscal	B	B	B
i-Educ	B	C+	C
i-Saúde	B	C+	C
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	C+	C	C
i-Gov-TI	C+	C+	B

Contas anteriores:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Exercícios	Processos	Pareceres
2019	TC-004894.989.19-3	Favorável com recomendações e determinações ¹
2018	TC-004553.989.18-7	Favorável com recomendações ²
2017	TC-006796.989.16-8	Favorável com recomendações ³

É o relatório, passo a opinar.

Conforme se observa no item C.1 - Ensino, o município aplicou **25,39%** da receita de impostos, de acordo com o disposto no evento 46.32 – fls.19/20.

Com investimento de **70,01%** dos recursos provenientes do FUNDEB, no pagamento dos profissionais da educação, atendendo as determinações dispostas no artigo 212-A, XI, da Constituição Federal, assim como ao artigo 26, da Lei Federal n. 14.113/20.

A parcela diferida foi devidamente aplicada na sua totalidade no primeiro quadrimestre de 2022, conforme exposto no evento 46.32 – fl.20. Cumprindo, assim, na integra o conteúdo disposto no artigo 25, caput e § 3º, da Lei Federal nº 14.113/20.

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	25,39%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	24,90%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	24,45%
FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	90,01%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	77,19%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	76,10%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	70,01%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	60,00%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	58,99%

A Prefeitura aplicou **28,01%** da receita de impostos nas ações e serviços públicos de saúde, observou o piso constitucional,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

assim como a regra estabelecida pelo artigo 7º, da Lei Complementar nº 141/2012. (conforme evento 46.32 – fl.30).

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	28,01%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	26,69%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	26,45%

Item B.1.5 – Passivo judicial – Os pagamentos ocorreram de acordo com a legislação vigente. (evento 46.32- fls.9/12).

Verificações		
01	O TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado?	Não*
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Não
03	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto ao(s) Tribunal(is)?	Prejudicado**
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado***

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ 15.055.131,33
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame	R\$ 10.378.381,64
Valor cancelado	R\$ -
Valor pago	R\$ 3.904.421,39
Ajustes da Fiscalização	R\$ 144.546,83
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ 21.673.638,41

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ -
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$ 274.986,43
Valor cancelado	R\$ -
Valor pago	R\$ 274.986,43
Ajustes efetuados pela Fiscalização	R\$ 41.784,11
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ 41.784,11

* Valor nulo (Documentos 17 e 19)

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requerimentos de baixa monta?	Não
02	Há registros eficientes no órgão para controle dos requerimentos de baixa monta?	Não
03	Houve pagamento de todos os requerimentos de baixa monta vencidos no exercício?	Não



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Item B.1.6 - Encargos Sociais – Recolhidos conforme quadro abaixo.

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Prejudicado*
4	PASEP:	Sim

No tocante ao item B.1.8 - Transferência à Câmara dos Vereadores (evento 46.32 - fl. 13). Houve atendimento ao previsto no artigo 29-A, da Magna Carta **(2,27%)**.

Item B.1.8.1 – Despesa de Pessoal - O gasto com pessoal e seus reflexos, nos termos do Relatório apresentado pela Fiscalização (evento 46.32 – fl.14) atingiram **34,81%** no ultimo quadrimestre de 2021.

Item – B.1.11 – Subsídios dos Agentes Políticos - Os pagamentos ocorreram de acordo com os critérios estabelecidos na legislação local e na Constituição Federal.

CARGOS	SECRETÁRIOS	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor subsídio inicial fixado para o mandato (Lei Municipal nº 3.625, de 4 de outubro de 2005)*	-	R\$ 2.028,60	R\$ 6.762,00
Fixação inicial do subsídio para os cargos de Secretário (Lei Municipal nº 4.382, de 25 de maio)	R\$ 5.500,00	-	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

de 2015)**			
(+) 5% = RGA 2019 em janeiro/19 - Lei Municipal nº 4.581, de 28 de março de 2019***	R\$ 6.885,84	R\$ 4.838,34	R\$ 16.127,82

Verificações		
01	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o art. 29, V da Constituição Federal?	Sim
02	A fixação é anterior à vedação imposta pelo art. 8º, I, da Lei Complementar nº 173/2020?	Sim
03	Houve efeitos financeiros decorrentes de nova fixação no exercício de 2021?	Não*
04	Foi concedida RGA no exercício de 2021?	Não
05	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Prejudicado**
06	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Prejudicado**
07	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992?	Sim
08	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Sim

Item - B.3 – Outros Pontos de Interesse - Sugiro severa advertência para que a Prefeitura corrija os desacertos apurados no evento 46.32 – fls. 16/19.

Os demais apontamentos constantes da conclusão do Relatório da Fiscalização (evento 46.32 – fls.47/49) poderão ficar no campo das recomendações, sobretudo, para que tome as medidas cabíveis no sentido de sanar as máculas consignadas na Gestão da Saúde e Educação. Mais a mais, proponho que a Origem revise e corrija os desacertos apurados nos demais indicadores, evitando, assim, o comprometimento da realização das políticas públicas afetas a cada área de atuação do Poder Público, devendo ser verificadas na próxima inspeção “*in loco*”. (TC – 13481/989/22).

Diante de todo o acima exposto, opino pela emissão de parecer favorável às contas da Prefeitura de Piedade, exercício de 2021, ressalvados eventuais atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

À apreciação de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 20 de abril de 2023

ANTONIO ARLINDO FIALHO

Assessoria Técnica